Proc. n° 721/2019

A (ré da acção e recorrida) veio a fls. 186 requerer a rectificação de um lapso incorrido no acórdão de fls. 171-181.

O autor foi notificado para responder, tendo-o feito manifestando oposição à rectificação, por entender que a situação não se enquadra no âmbito do regime da rectificação previsto no art. 570º, nº1, do CPC (fls. 195-196).

Apreciando (art. 570º, nº1 e 633º do CPC).

*

O que se verificou foi uma má percepção acerca da posição manifestada pela ré na sua contestação. Dissemos que a ré alegou nessa peça ter-se recusado a cumprir o acordo com vista ao divórcio por mútuo consentimento, mas o que queríamos dizer foi que a ré afirmou na contestação ser falso ter-se recusado a cumprir aquele acordo.

Assim, a fls. 20 do aresto (pág. 180 verso dos autos), linha 18 a 20, onde está escrito: *“Em segundo lugar, a própria ré alegou na contestação ter-se recusado a cumprir aquele mesmo acordo. Logo, ao menos por parte dela, não haveria motivo para a ruptura conjugal”*, deveria estar: *“Em segundo*

lugar, a própria ré alegou na contestação ser falso ter-se recusado a cumprir aquele mesmo acordo”.

Como, porém, a parte contrária se opôs à rectificação, e tendo em conta que este reconhecimento do erro na afirmação efectuada no acórdão não pode ser motivo para rectificação, visto que os requisitos para a rectificação constantes do art. 570º do CPC não ocorrem no caso em apreço, não se pode dar satisfação ao pedido. Trata-se, efectivamente, de um erro de fundamentação, e não um lapso material manifesto que possa ser corrigido, sob pena de se atentar contra os limites do poder jurisdicional tal como definidos no art. 569º, do CPC.

Em todo o caso, esse erro não interfere com a decisão tomada.

*

Face ao exposto, não se procede à pretendida rectificação.

Sem custas.

Notifique.

T.S.I., 20 de Fevereiro de 2020

José Cândido de Pinho
Tong Hio Fong
Lai Kin Hong